

INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA

Ementa

Fundamentos jurídicos e doutrinários da Atividade de Inteligência. Inteligência como processo, produto e organização. Sistemas e Subsistemas de Inteligência no Brasil. Redes internacionais de cooperação. Agências de Inteligência. Produção do conhecimento: fontes, tipos, valor, fluxo, organização e uso. Gestão da Informação: transparência e sigilo.

Plano de Aula

1. Introdução à Atividade de Inteligência
2. Atividade de Inteligência de Segurança Pública
3. Organização da Atividade de Inteligência
4. Gestão da informação
5. Produtos da Atividade de Inteligência

Bibliografia

Antunes, P. SNI & ABIN:

uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX.

Rio de Janeiro: FGV, 2001. ARAUJO, R. História secreta

dos serviços de inteligência: origens, evolução e institucionalização. Revista

Brasileira de Inteligência, Brasília, DF, v. 1, n. 1, dez. 2005. p. 85-89.

Disponível em: <http://www.abin.gov.br/conteudo/uploads/2015/08/revista1.pdf>.

Acesso em: 3 abr. 2020. BRANCO, A. H. C. Doutrina

Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Florianópolis: Unisul, 2011. BRASIL. Lei n. 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência

Brasileira de Inteligência? ABIN e dá outras providências. Diário Oficial da

União, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 dez. 1999. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9883.htm. Acesso em: 3 abr. 2020. BRASIL. Decreto n. 3.695, de

21 de dezembro de 2000. Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública,

no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências.

Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3695.htm. Acesso em: 3 abr. 2020. BRASIL. Exército Brasileiro.

Comando de Operações Terrestres. Manual Técnico de Produção do Conhecimento de Inteligência EB70-MT-10.401. Brasília, 2019. BRASIL. Decreto n. 8.793, de 29 de junho de 2016. Fixa a Política

Nacional de Inteligência. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 jun. 2016. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8793.htm.

Acesso em: 3 abr. 2020. BRASIL. Decreto, de 15 de dezembro de 2017. Aprova a Estratégia

Nacional de Inteligência. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 dez. 2017. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/dsn/Dsn14503.htm.

Acesso em: 3 abr. 2020. CALDERON, M. Lei de Acesso à

Informação e seu impacto na atividade de inteligência. Campinas: Millennium, 2014. CEPIK, M. Espionagem e

democracia. Rio de Janeiro: FGV, 2003. FIGUEIREDO, L. Ministério do

silêncio. Rio de Janeiro: Record, 2005. GONÇALVES, J. Políticos e

espiões: o controle da atividade de inteligência. Niterói: Impetus, 2010. GONÇALVES, J. Atividade de inteligência e legislação correlata. Niterói: Impetus, 2009. HEINEN, J. Comentários à Lei

de Acesso Informação: Lei n. 12.527/2011. Belo Horizonte: Fórum, 2014. KENT, S. Informações

estratégicas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967. PLATT, W. A produção de

informações estratégicas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1974. VISACRO, A. Guerra irregular.

Sa?o Paulo: Contexto, 2009.

WOLOSZYN, A. Ameaças e

desafios à segurança humana no séc. XXI: de gangues, narcotráficos,

bioterrorismos, ataques cibernéticos às armas de destruição em massa. Rio de

Janeiro: Bibliex, 2013.